



JUDITH  
SCHALANSKY

INVENTÁRIO  
DE ALGUMAS  
PERDAS

# ÍNDICE

**9**

Nota Prévia

–

**13**

Prefácio

–

**33**

Tuanaki

–

**53**

Tigre-do-Cáspio

–

**73**

O Unicórnio de Guericke

–

**95**

Villa Sacchetti

–

**115**

O Rapaz de Azul

–

**135**

As Canções de Amor de Safo

–

**155**

O Palácio dos von Behr

–

**175**

Os Sete Livros de Mani

–

**195**

Porto de Greifswald

–

**217**

Enciclopédia na Floresta

–

**239**

Palácio da República

–

**259**

As Selenografias de Kinau

–

**281**

Índice Onomástico

–

**291**

Índice de Imagens e Bibliográfico

–

## NOTA PRÉVIA

Enquanto trabalhava neste livro, a sonda espacial *Cassini* desintegrou-se na atmosfera de Saturno; o módulo *Schiaparelli* despenhou-se na paisagem rochosa cor de ferrugem do planeta que deveria investigar: Marte; um *Boeing 777* desapareceu sem deixar rasto entre Kuala Lumpur e Pequim; em Palmira, os templos de Baal e de Baal-Shamin, de há 2000 anos, a fachada do teatro romano, o arco do triunfo, o tetrápilo e partes da Grande Colunata foram demolidos; na cidade iraquiana de Mossul, a Grande Mesquita de Al-Nuri, bem como a Mesquita do Profeta Jonas foram destruídas, e, na Síria, Mar Elian, o mosteiro cristão primitivo, reduzido a cinzas; num terramoto em Catmandu, a torre Dharahara caiu pela segunda vez; um terço da Muralha da China ruiu, vítima do vandalismo e da erosão; a cabeça do cadáver de Friedrich Wilhelm Murnau foi roubada por desconhecidos; a Laguna Atescatempa, na Guatemala, outrora conhecida pela sua água verde-azulada, secou; em Malta, a formação rochosa Janela Azul, semelhante a um arco, colapsou no Mediterrâneo; a espécie *Melomys rubicola* que habitava na ilha de Bramble Cay, na Grande Barreira de Coral, foi declarada extinta; o último rinoceronte-branco-do-norte macho foi eutanasiado aos 45 anos, restando apenas dois animais desta subespécie, a filha e a neta; a única amostra de hidrogénio metálico, após oitenta anos de esforços baldados para a obter, desapareceu de um laboratório da Universidade de Harvard, e ninguém sabe se a partícula microscópica foi roubada, destruída ou se simplesmente voltou ao estado gasoso.

Enquanto trabalhava neste livro, um bibliotecário da Schaffer Library, em Nova Iorque, encontrou, num almanaque de 1793, um sobrescrito com uma madeixa cinzenta prateada do cabelo de George Washington; surgiram um romance de Walt Whitman, até então desconhecido, e *Both Directions At Once*, o álbum perdido do saxofonista de jazz John Coltrane; um estagiário de 19 anos descobriu uma centena de desenhos de Piranesi no gabinete de águas-fortes de Karlsruhe; tornou-se possível ler uma página dupla do diário de Anne Frank que estava colada com papel de embrulho; identificou-se o mais antigo alfabeto do mundo, gravado em tábuas de pedra há 3800 anos; foi possível reconstruir os dados das fotografias tiradas em 1966/67 pelas sondas lunares; descobriram-se fragmentos de dois poemas de Safo até então desconhecidos; alguns ornitólogos avistaram numa savana brasileira a *Columbina cyanopsis*, considerada extinta desde 1941; um grupo de biólogos descobriu a *Deuteragenia ossarium*, uma espécie de vespa que constrói ninhos em árvores ocas e que coloca uma aranha morta em cada um dos alvéolos para alimentar as larvas; os navios *Erebus* e *Terror* da malograda expedição de Franklin foram encontrados no Ártico; alguns arqueólogos escavaram um gigantesco túmulo que provavelmente não era o jazigo de Alexandre, o Grande, mas talvez o do seu companheiro Heféstio; perto do complexo de templos de Angkor Wat, no Camboja, descobriu-se a primeira capital *khmer*, Mahendraparvata, que em tempos terá sido a maior povoação da Idade Média; uma equipa de arqueólogos deparou-se com uma oficina de mumificação na necrópole de Sacara; na constelação do Cisne, a uma distância de 1400 anos-luz do nosso Sol, foi encontrado um corpo celeste numa alegada zona habitável onde — uma vez que a sua temperatura média é equivalente à da Terra — talvez exista ou já existiu água, logo, também vida tal como a imaginamos.

## PREFÁCIO

**N**um dia de agosto, poucos anos atrás, visitei uma cidade no Norte. Esta cidade fica situada numa das últimas baías de um estuário que adentra pela terra desde uma remota era glacial e em cujas águas salobras se encontra arenque na primavera, enguia no verão, bacalhau no outono, carpa, lúcio e dourada no inverno, e onde o ofício de pescador ainda hoje é praticado. Estes homens vivem há séculos com as suas famílias num bairro que só pode ser descrito como pitoresco e que consiste em pouco mais do que duas estradas calcetadas, um terreiro para secar as redes e um mosteiro agora apenas habitado por duas velhas aristocratas. Trata-se, em suma, de um daqueles lugares aparentemente atemporais, onde facilmente se cede à tentação de acreditar que um passado tão vago quanto insinuante vive ainda. Mas não foram as roseiras em flor nem as malvas imponentes defronte das casas, baixas e caídas, não foram as portas de madeira pintadas com cores vivas nem os becos estreitos entre os edifícios que muitas vezes desciam diretamente até à margem pedregosa que me ficaram na memória, antes a circunstância singular de ter encontrado no centro da povoação não a praça do mercado, mas um cemitério ensombrado por jovens tílias de folha caduca e cercado por uma vedação de ferro forjado, a circunstância, portanto, de ali, onde normalmente se trocariam bens por dinheiro, os mortos

se dedicarem àquilo a que, por um desejo irracional impossível de erradicar, gostamos de chamar «repouso». O meu espanto, que de início tomei por desconforto, era grande e cresceu ainda mais quando me chamaram a atenção para a casa de uma mulher que, enquanto cozinhava, podia ver da sua cozinha a campa do filho prematuramente falecido, e tornou-se claro para mim que a tradição secular da guilda responsável pelos rituais fúnebres levava a que aqueles que já haviam morrido e aqueles que viviam ainda permanecessem perto uns dos outros como uma única família, algo que até então só conhecia entre os habitantes de algumas ilhas do Pacífico. Naturalmente já antes tinha visitado outros cemitérios notáveis: por exemplo, a ilha mortuária de San Michele, que se ergue das águas verde-azuladas da Lagoa de Veneza com os seus muros altos de tijolos vermelhos como uma fortaleza inexpugnável, ou o bulício estridente de feira no Hollywood Forever Cemetery durante a festa anual promovida pela população mexicana, o *Día de los Muertos*, com as campas enfeitadas de laranja e amarelo e com os crânios coloridos feitos de açúcar e de *papier mâché*, condenados a um eterno sorriso pela paulatina decomposição. Mas nenhum me comoveu tanto quanto o cemitério daquela povoação piscatória, em cujo peculiar traçado — uma espécie de compromisso entre o círculo e o quadrado — me pareceu reconhecer nada menos do que um símbolo da tremenda utopia que aí vi concretizada: viver com a morte diante dos olhos. Durante muito tempo convenci-me de que neste lugar, cujo nome dinamarquês significa «pequena ilha» ou «rodeado de água», se está mais próximo da vida precisamente porque os seus moradores literalmente acolheram os mortos entre eles, em vez de os banir do interior das comunidades para os arra-

baldes — como é comum nas nossas latitudes —, ainda que o espaço urbano, com o seu crescimento incessante, muitas vezes reincorpore os cemitérios passado pouco tempo.

Só agora que quase terminei o trabalho neste livro, em que os variados fenómenos de decomposição e de destruição desempenham um papel fundamental, é que me apercebo de que ele representa uma das inúmeras formas de conviver com a morte, que no fundo não é mais inepta nem mais gentil do que o costume dos calatinos, relatado por Heródoto, que comiam os pais mortos e que ficaram horrorizados quando souberam do costume dos gregos de imolarem os seus. Pois sobre a questão de saber se está mais próximo da vida aquele que tem a própria mortalidade incessantemente diante dos olhos ou aquele que consegue recalcar a morte existem tantas perspetivas contraditórias quantas encontramos sobre a questão de saber se é mais horripilante a ideia de que tudo terá um fim ou de que não pode haver um fim.

É, no entanto, incontestável que a tentativa de contornar a morte e o problema subsidiário de lidar com a súbita ausência de uma pessoa e com a presença simultânea do seu legado, do cadáver aos bens sem dono, exigiu ao longo dos tempos respostas e provocou ações cujo significado transcende a sua mera finalidade e que permitiram que os nossos antepassados mais remotos abandonassem a esfera animal e entrassem na esfera humana. Não deixar os restos mortais de membros da mesma espécie entregues aos processos naturais de decomposição é tido como uma especificidade do ser humano, ainda que seja possível observar um comportamento semelhante noutros animais superiores: a título de exemplo, os elefantes juntam-se em torno de um membro moribundo da manada, tocam-lhe horas

a fio com a tromba, soltam barridos perturbados e muitas vezes tentam ainda levantar de novo o corpo sem vida, até que por fim cobrem o cadáver com terra e com ramos. Além disso, anos mais tarde, visitam regularmente esses lugares onde os seus morreram, o que sem dúvida requer uma boa memória e porventura até uma certa conceção da vida após a morte, que bem podemos imaginar como não sendo menos fantástica do que a nossa e igualmente inverificável.

A cesura da morte é o ponto de partida da herança e da recordação, e o lamento fúnebre é a fonte da cultura com que se preenche o vazio agora escancarado, o súbito silêncio, através de canções, orações e histórias em que o ausente revive uma vez mais. À semelhança de uma concavidade, a experiência da perda faz ressaltar os contornos daquilo que se lamenta e não raramente transforma-se, à luz transfiguradora do luto, num objeto de desejo, ou, nas palavras de um professor universitário de Zoologia em Heidelberg, no prefácio de um opúsculo da editora Neue Brehm-Bücherei: «Uma característica do homem ocidental, quase incompreensível de um ponto de vista racional, parece ser a de prezar mais o que se perdeu do que o que subsiste ainda. Não se pode explicar de outro modo o notável fascínio que o tigre-da-tasmânia exerce desde sempre.»

São múltiplas as estratégias para fixar o passado e para deter o esquecimento. A fazer fé na tradição, a nossa historiografia inicia-se com uma série de guerras aniquiladoras entre persas e gregos, e a mnemotecnica, hoje praticamente esquecida, começa com um desastre com muitos mortos: ocorreu em Tessália, onde, no início do século v a. C., uma casa ruiu sobre os comensais de um banquete, enterrando-os, e o único sobrevivente, o poeta Simónides de Ceos, graças à sua memória

treinada, conseguiu entrar de novo mentalmente no edifício destruído e rememorar a ordem pela qual os convidados estavam sentados, permitindo assim identificar os cadáveres desfigurados pelos escombros. Entre os inúmeros paradoxos inerentes ao dilema da morte e da vida está o seguinte: quando o morto é nomeado como algo irreparavelmente perdido, a dor pela sua perda duplica e bisseta-se de imediato; pelo contrário, o destino incerto de uma pessoa desaparecida ou perdida prende os seus familiares num pesadelo difuso composto por uma esperança ansiosa e por um sofrimento renegado, que impede tanto a regeneração como o prosseguimento da vida.

Estar vivo significa conhecer a perda. A pergunta sobre o que se seguirá deve ser tão antiga quanto a própria humanidade, no entanto, uma característica tão inevitável quanto inquietante do futuro reside no facto de ele se furtar à previsibilidade, ocultando assim o momento e as circunstâncias da morte. Quem não conhece a magia defensiva do agridoce sofrimento por antecipação, o impulso fatal de querer impedir o que se receia imaginando-o previamente? Pressagam-se os cataclismos, imaginam-se as possíveis catástrofes e com isso julgamo-nos invulneráveis às más surpresas. Na Antiguidade, os sonhos prometiam consolo, mas os gregos censuravam-nos por augurarem o que estava por vir, como oráculos, assumindo assim não a imutabilidade do futuro, mas o terror do inesperado que ele provoca. Não são poucos os que se matam por medo da morte. O suicídio surge talvez como a medida mais radical para triunfar sobre a incerteza do futuro, claro que a custo de uma existência abreviada. Conta-se que entre as prendas oferecidas pela delegação indiana que Augusto recebeu em tempos na ilha de Samos se contavam não só um tigre

e um rapaz sem braços que conseguia usar os pés como se fossem mãos, mas também um homem chamado Zarmaros, da casta dos brâmanes, que queria pôr fim à sua vida precisamente porque ela decorreria como desejado. Em Atenas, para se assegurar de que não lhe aconteceria ainda nada de imprevisto, saltou para o fogo a rir, nu e ungido, imolou o seu corpo vivo decerto com dores tormentosas e, com a encenação autodeterminada da sua morte, entrou para a história, mesmo que apenas como uma anedota curiosa num volume da *História de Roma*, que em tempos chegou a compreender oitenta tomos, de Cássio Dio, cujo conteúdo chegou até nós por mero acaso. Em última instância, tudo o que ainda subsiste é simplesmente aquilo que sobrou.

Uma memória que conservasse tudo não conservaria nada na sua essência. A mulher californiana que, sem recorrer à mnemotécnica, consegue recordar cada dia que passou desde 5 de fevereiro de 1980 está presa na câmara de ecos das suas lembranças, que incessantemente se abatem sobre ela — um fantasma do general ático Temístocles que conseguia dizer o nome de cada habitante da sua cidade natal e que fez saber ao mnemónico Simónides que mais depressa ansiava por aprender a arte do esquecimento do que a arte da memória: «Guardo na memória mesmo o que não quero guardar; mas não consigo esquecer o que quero esquecer.» Porém, a arte do esquecimento é uma impossibilidade, porque todos os símbolos representam presenças, inclusive quando remetem para ausências. As enciclopédias afirmam conhecer os nomes de praticamente todos aqueles que foram condenados à *damnatio memoriae* no Império Romano.

Esquecer tudo é sem dúvida mau. Pior ainda é não esquecer nada, já que todo o conhecimento é gerado pelo esquecimento. Tudo o que é gravado indistintamente perde o seu significado, como acontece nas memórias alimentadas pela energia elétrica, tornando-se uma amálgama desordenada de informações inúteis.

A organização de um arquivo pode ser governada, como no caso do seu modelo, a Arca, pelo desejo de conservar tudo, mas as ideias sem dúvida tentadoras de, por exemplo, transformar um continente como a Antártida ou mesmo a Lua num museu da Terra, um museu central, democrático, exibindo todos os produtos culturais com a mesma legitimidade, são tão totalitárias e votadas ao malogro como a reinstituição do Paraíso, cuja sedutora imagem primitiva e nostálgica se mantém viva no imaginário de todas as civilizações humanas.

No fundo, cada coisa é sempre lixo já, cada edifício é sempre ruína já, e toda a criação não é mais do que destruição, assim como a obra de todas as disciplinas e instituições que se vangloriam de preservar o legado da humanidade. Até mesmo a arqueologia, que avança de forma tão judiciosa e circunspecta nos detritos de épocas passadas, é uma forma de devastação — e os arquivos, museus, bibliotecas, jardins zoológicos e as reservas naturais não são mais do que cemitérios sob uma administração, cujo inventário foi amiúde arrancado à corrente sanguínea viva do presente, para que pudesse ser arquivado, mais, para que pudesse ser esquecido, como aqueles acontecimentos e figuras heroicos cujos monumentos povoam as paisagens urbanas.

Provavelmente dever-se-á considerar uma sorte que a humanidade não saiba que ideias grandiosas, que obras de arte pungentes e que feitos revolucionários já perdeu — por terem

sido intencionalmente destruídos ou simplesmente por se terem perdido com o passar do tempo. O desconhecido não pesa sobre ninguém, poder-se-á opinar. Não obstante, é surpreendente que não poucos pensadores europeus da Modernidade vissem no declínio regular de uma cultura uma medida assisada ou mesmo salutar. Como se a memória cultural fosse um organismo mundial cujas funções vitais só podem ser mantidas graças a um metabolismo ativo, em que a digestão e a excreção são precedidas por aquela ingestão de alimentos.

Com uma mundivisão de tal modo limitada e autocrática, a ocupação e exploração de territórios estrangeiros, a subjugação, a escravização e o assassinio de povos não europeus e a obliteração da sua cultura desprezada puderam ser entendidos como parte de um processo natural, e a fórmula erradamente compreendida da teoria da evolução, segundo a qual só o mais forte sobrevive, valeu como justificação para os crimes praticados.

Naturalmente só se pode fazer luto por aquilo que falta, cuja perda se sente — e de que chegou até nós uma qualquer relíquia, uma notícia, por vezes pouco mais do que um rumor, um rasto parcialmente desvanecido, a reverberação de um eco. Como gostaria de saber o que significam os geoglifos de Nazca na estepe peruana, como termina o fragmento 31 de Safo e o que tinha Hipátia de tão ameaçador que não só a sua obra completa como até ela mesma foram desmembradas.

Por vezes parece que certos resquícios comentam eles próprios o seu destino. Assim, tudo o que resta da ópera de Verdi *L'Arianna* é precisamente o lamento em que a heroína que dá o nome à peça canta, desesperada: «Deixai-me morrer. E quem haveria de me consolar num destino tão duro, num tormento

tão duro? Deixai-me morrer.» O quadro de Lucian Freud, de que apenas subsiste uma reprodução, que foi roubado de um museu em Roterdão e que a mãe de um dos ladrões incinerou na caldeira de uma casa de banho na Roménia, mostra uma mulher de olhos fechados acerca da qual não se tem a certeza se está apenas a dormir ou se possivelmente estará já morta. E da obra do poeta trágico Agatão chegaram até nós apenas dois ditos espirituosos porque Aristóteles os cita: *A arte ama o acaso, o acaso ama a arte*, bem como *Nem sequer os deuses podem mudar o passado*.

O que é recusado aos deuses parece ser sempre avidamente desejado pelos déspotas de todas as eras: o seu impulso criador destrutivo não se contenta com a inscrição no presente. Quem quer controlar o futuro tem de suprimir o passado. E quem se nomeia fundador de uma nova dinastia e fonte de toda a verdade tem de eliminar a memória dos seus antepassados e proibir todo o pensamento crítico, como o fez Qin Shi Huang, o autoproclamado «Primeiro Imperador Sublime de Qin», no ano de 213 a. C., quando ordenou uma das primeiras queimas de livros de que há registo e mandou enforcar todos aqueles que se opuseram ou os condenou a trabalhos forçados na construção da rede imperial de estradas ou da Grande Muralha da China — ou, ainda, na edificação do gigantesco mausoléu, entre cujos elementos megalómanos se conta o exército de terracota com soldados em tamanho real, juntamente com carros de combate, cavalos e armas cujas réplicas viajam hoje ao longo da história mundial, assim celebrando e ao mesmo tempo minando a memória almejada pelo seu comitente por via de uma profanação sem precedentes.

Não raramente o plano dúbio de fazer tábua rasa do passado nasce do desejo razoável de começar outra vez do zero.

Em meados do século XVII, ter-se-á discutido seriamente no parlamento inglês a possibilidade de queimar o arquivo da Torre de Londres, «para apagar toda a memória das coisas pretéritas e para recomençar todo o regime da vida», na citação que Jorge Luis Borges faz de uma passagem de Samuel Johnson que não consigo reencontrar.

A própria Terra é reconhecidamente um monte de ruínas do futuro que passou, e a humanidade é a comunidade de herdeiros aleatoriamente congregada, sempre em luta consigo mesma, de uma pré-história numinosa que tem de ser constantemente apropriada e reconfigurada, rejeitada e destruída, ignorada e recalçada, de tal modo que, ao contrário da opinião corrente, não é o futuro, mas o passado que constitui o verdadeiro espaço de possibilidades. Precisamente por isso, a sua reinterpretação está entre os primeiros atos oficiais de novos sistemas de poder. Quem, como eu, viveu em dado momento a rutura da história, o iconoclasmo dos vencedores, a desmontagem de monumentos, não terá dificuldade em reconhecer em cada visão do futuro nada mais do que um passado vindouro, em que, por exemplo, as ruínas do Palácio de Berlim reconstruído terão de ceder lugar a uma réplica do Palácio da República.

No Salão de Paris de 1796, no quinto ano da República, o pintor de caprichos arquitetónicos Hubert Robert, que fixara tanto a tomada da Bastilha como a demolição do Château de Meudon e a profanação dos túmulos dos reis em Saint-Denis, expôs dois quadros no Palais du Louvre. Um mostrava a sua proposta para a reconversão do Palácio Real na grande Galeria do Louvre — uma sala cheia de quadros e de esculturas, com grande afluência e excelente iluminação graças aos telhados de vidro —, o outro mostrava o mesmo espaço sob

a forma de futuras ruínas. Onde são visíveis as claraboias na primeira visão do futuro, na outra essas são substituídas pela visão de um céu nublado: a abóbada caiu, as paredes estão nuas e escalavradas, no chão jazem esculturas partidas. Só o *Apolo do Belvedere*, um troféu entre os saques de Napoleão, se ergue das ruínas, fuliginoso, mas incólume. Turistas de catástrofes deambulam por entre a paisagem de ruínas, recuperam torsos enterrados, aquecem-se junto a uma fogueira. Das fendas da abóbada brotam plantas. As ruínas são um lugar utópico onde o passado e o futuro coincidem.

O arquiteto Albert Speer foi ainda mais longe com a sua teoria especulativa acerca do «valor da ruína» ao asseverar, décadas após o final do nacional-socialismo, que os seus projetos para o reino milenar, entendido não apenas metaforicamente, não só haviam previsto materiais de longa duração, como ainda consideravam a futura forma arruinada da obra atual, para que pudessem concorrer com as ruínas romanas mesmo em estado de declínio. Auschwitz, pelo contrário, foi qualificado, não sem razão, como destruição sem ruína. Era a arquitetura totalmente desumanizada de uma maquinaria industrial de aniquilação, cronometrada ao pormenor e trabalhando sem deixar resíduos, que, com a exterminação de milhões de pessoas, deixou o maior vazio na Europa do século XX, um trauma que aguarda ainda o seu processamento integral na memória dos sobreviventes e dos seus descendentes, tanto do lado das vítimas como dos perpetradores, como um corpo estranho cindido e difícil de integrar. Precisamente os crimes de genocídio tornaram ainda mais premente a questão de saber até que ponto é possível tornar tangível a perda, e levou a que muitos dos que nasceram depois deles

chegassem à constatação impotente, mas compreensível de que o que aconteceu se furta a qualquer espécie de representação.

«O que preservam as fontes históricas? Não os destinos das violetas esmagadas durante a conquista da Batalha de Liège, não o sofrimento das vacas no incêndio de Lovaina, não as formações de nuvens em Belgrado», escreve Theodor Lessing no seu livro *Geschichte als Sinngebung des Sinnlosen* [A História como Forma de Dar Sentido ao que Não Tem Sentido], publicado durante a Primeira Guerra Mundial, onde desmascara todos os esboços históricos de uma historiografia que progride segundo a razão como dotação posterior de forma àquilo que é informe — como histórias de princípios e de fins, de ascensões e quedas, de renascimento e declínio, que seguem predominantemente regras narrativas.

Que a crença iluminista no progresso perdue quase ininterruptamente, mesmo que as regularidades da evolução tenham mostrado que a interação perturbadoramente complexa do acaso com a adaptação será a responsável por aquilo que sobrevive em dado tempo, explica-se porventura à luz da simples força de atração da ambiciosa linearidade histórica e da sua correspondência com a linearidade da escrita das culturas ocidentais — perante as quais se pode com excessiva facilidade cair na falácia naturalista de ver tudo o que é dado, mesmo após a perda de importância das instâncias divinas, como intencional e dotado de sentido. Na dramaturgia ingênua, mas convincente de uma evolução constante, a única utilidade do passado consiste em ser inferior ao que é novo e em permitir que se imagine a história — seja ela a da vida de uma pessoa ou de uma nação ou da espécie humana — como um progresso inevitável e, em todo o caso, não acidental. Comprovadamente,

porém, como qualquer arquivista sabe, a cronologia, ou seja, a atribuição de números sequenciais a cada nova entrada, representa, na sua lógica impotente, o menos original princípio de ordenação, pois apenas oferece uma ilusão de ordem.

Ora, em certa medida, o mundo é o arquivo inabarcável de si mesmo — e toda a matéria animada e inanimada sobre a Terra é o documento de um colossal sistema de registo sumamente moroso e pleno de tentativas de retirar ilações e teorias de experiências passadas, sendo a taxonomia não mais do que a tentativa posterior de rotular o confuso arquivo da variedade biológica e de conferir ao caos simplesmente inesgotável do mecanismo da evolução uma estrutura aparentemente objetiva. Neste arquivo, no fundo, nada se pode perder, porque a sua quantidade de energia é constante e porque tudo parece deixar o seu rasto algures. Se o desconcertante dito de Sigmund Freud for verdadeiro, segundo o qual, fazendo lembrar a lei da conservação da energia, nenhum sonho nem nenhum pensamento alguma vez é realmente esquecido, seria então possível, envidando um esforço não inteiramente dissemelhante de uma escavação arqueológica, não só exumar experiências passadas do húmus da memória humana — um trauma herdado, dois versos soltos de um poema, o pesadelo difuso de uma noite de tempestade na primeira infância, uma imagem pornográfica assustadora —, como ossadas, fósseis ou cacos, como também porventura arrancar do Orco incontáveis espécies extintas, bastando para isso começar a procurar os seus vestígios, e a verdade, mesmo aquela que foi recalçada ou obliterada, transformada em atos falhados ou consignada ao esquecimento, não poderia ser negada, estaria sempre presente.

No entanto, o consolo que as leis da física podem oferecer é meramente condicional. Pois a lei da conservação da energia, com o seu triunfo da transformação sobre a finitude, omite o facto de que a maioria dos processos de conversão não é reversível. De que serve o calor de uma obra de arte em chamas? Nas suas cinzas já não se encontrará nada de admirável. Impassíveis rolam as bolas de bilhar sobre a mesa revestida de feltro verde para as quais se reprocessou o material desprezado de filmes mudos antigos. A carne da última vaca-marinha-de-steller foi rapidamente digerida.

O declínio de toda a vida e criação é decerto condição da sua existência. Dada a ordem natural das coisas, é apenas uma questão de tempo até que tudo desapareça, se decompõe e apodreça, incluindo aqueles singulares testemunhos do passado cuja existência devemos apenas a catástrofes: os únicos documentos da escrita grega primitiva Linear B, pictogramática e durante longo tempo indecifrável, que apenas sobreviveram porque o grande incêndio que em 1380 a. C. destruiu o palácio de Cnossos ao mesmo tempo temperou e preservou para a tradição milhares de tábuas de argila onde estavam registadas as entradas e saídas da corte; os moldes de gesso das pessoas e animais de Pompeia que foram enterrados vivos com a erupção do Vesúvio e cujos cadáveres, depois de decompostos, deixaram côncavos na rocha solidificada que podiam ser de novo enchidos; ou as silhuetas nas fachadas das casas e no pavimento das ruas de Hiroxima, reminiscentes de fotografias de fantasmas, de pessoas que foram pulverizadas com a explosão atômica.

A percepção da mortalidade é dolorosa, o que torna compreensível o anseio vaidoso de desafiar a transitoriedade e de deixar

vestígios numa posteridade desconhecida, de permanecer na memória, i. e., de «não ser esquecido», como o afirma infatigavelmente a declaração de intenções gravada no granito das lápides.

Testemunhos do desejo tocante de chamar a atenção para a existência de uma espécie dotada de razão são também as mensagens das duas cápsulas do tempo que continuam a vagar a bordo das sondas *Voyager I* e *Voyager II* no espaço interestelar. Nos dois discos idênticos de cobre dourado encontram-se imagens e gráficos, obras musicais e ruídos, bem como saudações acústicas em 55 línguas diferentes, cujo intrépido desazo — *Hello from the children of the planet Earth* — diz muito sobre a humanidade. Há um encanto não despiendo em imaginar que tudo o que sobrar da humanidade seja a ária de Mozart da «Rainha da Noite», *Melancholy Blues* de Louis Armstrong e o som das gaitas de foles do Azerbaijão, pressupondo que os extraterrestres que fizerem a descoberta consigam não só decifrar, mas também converter a introdução em forma de enigma figurado que ensina a reproduzir o disco gravado analogicamente. A probabilidade de que tal aconteça, como reconheceram os iniciadores desta mensagem cósmica numa garrafa, é tão diminuta que esta demanda pode ser interpretada como resultado de um pensamento mágico que perdura na ciência, que aqui encena um ritual que antes de mais está ao serviço da autoconfiança de uma espécie que não está pronta para aceitar a sua mais perfeita insignificância. Mas o que é um arquivo sem destinatário, uma cápsula do tempo sem alguém que a descubra, uma herança sem herdeiros? A experiência ensina que os resíduos de épocas passadas representam para os arqueólogos o mais expressivo achado.

# VENCEDOR DO PRÉMIO STREGA EUROPEU 2020 FINALISTA DO INTERNACIONAL BOOKER PRIZE 2021

**«Como todos os livros, também este é impelido pelo desejo de deixar que algo sobreviva, de tornar presente o que está no passado, de conjurar o que foi esquecido, de dar voz ao que é mudo e de chorar o que se perdeu.»**

A história do mundo está repleta de coisas que, desaparecidas, destruídas ou simplesmente esquecidas, se perderam para sempre. Animais, inteiras porções de terra, objetos e construções humanas que vivem agora uma espécie de não-existência, dependentes da imaginação ou da memória para serem resgatados de volta ao presente.

Cada uma das doze histórias que compõem este «inventário» apresenta uma realidade cujas fronteiras entre a presença e a ausência se tornaram ténues ao ponto de se confundirem entre si. Assim, partindo de poucos fragmentos e sempre entre a ficção, a biografia e o ensaio, um quadro perdido de Caspar David Friedrich, uma espécie de tigre há muito extinta, a escrita sagrada de uma antiga religião ou os pensamentos de uma Greta Garbo envelhecida que sonha com um último papel tornam-se janelas para um mundo perdido, uma forma de, com tanto de realista como de visionário, preencher o vazio.

**«Unindo ficção, autobiografia e História, esta sumptuosa coleção de textos oferece-nos uma reflexão sobre os variados fenómenos de desaparecimento e destruição.»**

**FINANCIAL TIMES, MELHOR LIVRO DO ANO**

<b>ELSINORE</b> entre nós e as palavras <b>20 20 editora</b>	ISBN 978-989-564-765-1  9 789895 647651 Literatura Traduzida
YOU ARE WELCOME TO <a href="http://WWW.ELSINORE.PT">WWW.ELSINORE.PT</a>	